



O DESENHO INSTITUCIONAL DO ESPAÇO CENTRAL DA CIDADE DE MACAPÁ: GANHOS, PERDAS E ABANDONOS

José Alberto Tostes ¹

Byanca Carolyne Tavares Duarte ²

Kethelen Regina Torres do Nascimento ³

Ana Karolina Lima Pedrada ⁴

RESUMO

O artigo examina o processo de formação e transformação do Bairro Central de Macapá, espaço que concentra os marcos históricos, culturais e institucionais da cidade. Desde a criação do Território Federal do Amapá em 1943, o bairro consolidou-se como centro político e comercial, abrigando edifícios emblemáticos como a Fortaleza de São José, a Igreja de São José e a Avenida FAB. Ao longo das décadas, o bairro passou por intensas mudanças, marcadas por processos de verticalização, abandono de edificações históricas e perda de funções simbólicas. A pesquisa denuncia a fragmentação das políticas urbanas e a descaracterização do patrimônio edificado, defendendo a valorização da memória e identidade urbana. Propõe ações como a criação do Museu da Cidade e a requalificação do perímetro histórico, destacando a importância de políticas públicas integradas para resgatar o papel central do bairro na paisagem e na história urbana de Macapá.

Palavras-chave: Bairro Central de Macapá, Patrimônio histórico, planejamento.

ABSTRACT

This article examines the process of formation and transformation of the Bairro Central de Macapá, a space that concentrates the city's historical, cultural and institutional landmarks. Since the creation of the Federal Territory of Amapá in 1943, the neighborhood has consolidated itself as a political and commercial center, housing emblematic buildings such as the Fortaleza de São José, the Igreja de São José and Avenida FAB. Over the decades, the neighborhood has undergone intense changes, marked by processes of verticalization, abandonment of historic buildings and loss of symbolic functions. The research denounces the fragmentation of urban policies and the loss of character of the built heritage, defending the valorization of urban memory and identity. It proposes actions such as the creation of the Museu da Cidade and the requalification of the historic perimeter, highlighting the importance of integrated public policies to restore the central role of the neighborhood in the landscape and urban history of Macapá.

Keywords: Central District of Macapá, Historical heritage, planning.

INTRODUÇÃO

O processo de formação do estado do Amapá foi marcado pelo processo de formação da Vila de Macapá com a posterior construção da Fortaleza de São José de Macapá para fins de defesa estratégica do território; pela espacialidade amapaense com as questões da conquista

¹ Doutor em História e Teoria da Arquitetura pelo Instituto Superior de Artes, Cuba, tostes.j@unifap.br;

² Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Amapá – AP, byancaduarte10@gmail.com

³ Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Amapá - AP, kethrtorres221@gmail.com;

⁴ Doutora em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pela Universidade Federal do Pará- UFPA, ana.lima@ifap.edu.br.



sobre a região do Contestado, resolvida em 1900, na Suíça; pela criação do Território do Amapá; pela instalação dos projetos minerais e agro florestais; pela criação do estado do Amapá e as consequências do processo de implantação; pela demarcação das terras indígenas; pela formação do mosaico de áreas protegidas; pela criação de novos municípios e nas implicações para as áreas rurais e urbanas.

Entretanto, explicar a formação institucional da cidade de Macapá se confunde com a própria concepção idealizada para o Amapá, seja enquanto área pertencente ao Pará, ou na condição de Território Federal ou de estado da federação. Ele foi formado por inúmeros acontecimentos e fatos, que se originaram tanto no novo paradigma ambiental como na capacidade das relações sociais. Esse quadro foi possível em virtude da vertente socioambiental, apresentada na Constituição Federal de 1988 cuja reflexão histórica nos permite entender a formação das instituições que influenciaram no comportamento de diversos agentes sociais.

O desenho histórico institucional teve três momentos distintos: a criação do Território Federal do Amapá; a implantação dos grandes projetos; e a criação do estado do Amapá: momentos decisivos e influentes em inúmeros fatores que provocaram profundas mudanças institucionais (Mapa 1). Nessa análise as ações institucionais alteraram e modificaram as questões espaciais no Amapá e consequentemente na cidade de Macapá (Tostes, 2014).

As três fases que demarcam esse desenho institucional do Amapá são fortemente influenciadas pelo governo brasileiro e sua formatação das políticas regionais concebidas para região amazônica, portanto os diversos projetos, planos, programas e criações de diversas instituições públicas entre os anos 70 e 80 dão conta do propósito induzido pelo governo central. É marcante que na segunda fase, com a criação do Território Federal do Amapá, houve o impulso necessário para tirar o Amapá de um quadro desfavorável em relação à perspectiva de desenvolvimento, onde as poucas edificações existentes na capital retratavam o hiato institucional de mais de um século e meio, tendo este vazio institucional o início de seu preenchimento segundo novas dinâmicas a partir da década de 1940.

À Fortaleza de São José de Macapá, um dos maiores símbolos da presença militar portuguesa na Amazônia, não é assegurado, nos inúmeros registros históricos, que tenha sido disparado um único tiro de canhão de suas muralhas, pelo menos pelo rio Amazonas. Historicamente a edificação foi usada como prisão de escravos fugitivos no passado distante e, mais recentemente durante a Ditadura Militar, como cárcere de dissidentes do regime.

A obra, imponente inclusive para os padrões atuais, é uma das evidências mais marcantes da presença do estado no Amapá, no caso o governo da metrópole portuguesa, que a



construiu com objetivos militares e geopolíticos. A ação do Estado direcionava-se para garantir a posse e assegurar a exploração econômica da região.

Por isso, o desenho institucional do Amapá retrata fielmente o que é Macapá, uma cidade com vínculos históricos, sociais, culturais e econômicos que formaram o lugar. As simbologias que se apresentam configuram a paisagem da cidade. O desenho institucional do Amapá é fiel ao que é Macapá. Para entender tal contexto, é preciso perceber o desenho institucional começou com os propósitos de criação da Vila de Macapá. 266 anos, então, são demarcados por constantes idas e vindas de um processo que construiu a paisagem local a partir da forte influência e dos interesses dos Estados português e brasileiro, assim se constituiu a área central da cidade de Macapá, o núcleo urbano onde tudo começou institucionalmente (Tostes; Feijão, 2017).

METODOLOGIA

A metodologia adotada neste estudo é de caráter qualitativo e interdisciplinar, com base em pesquisa documental, análise espacial e levantamento empírico. Inicialmente, realizou-se uma revisão bibliográfica e documental sobre a formação urbana de Macapá, com ênfase nos planos diretores (1959, 1973, 1990, 2004) e legislações urbanísticas pertinentes. Foram analisados relatórios governamentais, mapas históricos e registros fotográficos, que permitiram identificar os processos de ocupação, transformação e descaracterização do Bairro Central ao longo do tempo.

Além disso, foi realizada uma análise da paisagem urbana com base na observação direta do território, utilizando visitas in loco para o registro fotográfico de edificações históricas, espaços públicos e da orla fluvial. Essa etapa possibilitou a identificação das principais alterações estruturais e funcionais da área central, relacionando os dados obtidos aos marcos históricos e institucionais da cidade, permitindo compreender o Bairro Central não apenas como espaço físico, mas como construção social, simbólica e política, evidenciando os desafios e potencialidades para sua preservação e revitalização no contexto da cidade de Macapá.

O BAIRRO CENTRAL ENTRE OS AVANÇOS E CONTRADIÇÕES

O Bairro Central está localizado na zona leste da cidade de Macapá, possui área total de 3,46 km² e faz limite a leste com o rio Amazonas, com o bairro Santa Rita a Oeste, Jesus de Nazaré, Laguinho e Perpétuo Socorro ao Norte, com o bairro do Trem ao Sul e do Buritizal a



sudoeste, é o maior em área diante dos outros bairros mais próximos, divide a zona sul da zona norte por meio da Avenida FAB, muito importante para o fluxo leste-oeste, outra via importante para o fluxo norte-sul é a Rua Cândido Mendes. A população do bairro é de 17.798 habitantes de acordo com o IBGE (2010). A estimativa de população de acordo com IBGE para 2024 é de 24.978,68 habitantes.

De acordo com o Macrozoneamento urbano do Plano Diretor de 2004, o Bairro Central está em uma subzona de ocupação prioritária (SOP) e a sua orla está em uma subzona de fragilidade ambiental (SFA) que conforme o Art. 81, classifica as Subzonas de Ocupação Prioritária (SOP) como aquelas propícias ao adensamento para aproveitamento da infraestrutura e equipamentos urbanos instalados e previstos. E as Subzonas de Fragilidade Ambiental (SFA) são aquelas cujas condições ambientais exigem o controle no adensamento, destinando-se basicamente ao uso residencial e turístico (PMM, 2004).

O Bairro Central foi que mais intensamente teve o processo de ocupação e urbanização, detém os principais pontos turísticos, históricos, comerciais e administrativos da cidade de Macapá, há um grande fluxo de circulação pessoas todos os dias nessa área, pois é o lugar de referência de serviços, comércio e equipamentos urbanos. O bairro central é o quarto em população de acordo com as estimativas do IBGE. O núcleo de formação inicial da cidade consistia na Igreja de São José até a Fortaleza (Tostes, 2012). A partir da criação do Território Federal esta área tem sido uma das mais ocupadas para atividades comerciais, até 1960, a orla era bastante utilizada por ribeirinhos próximos a Fortaleza.

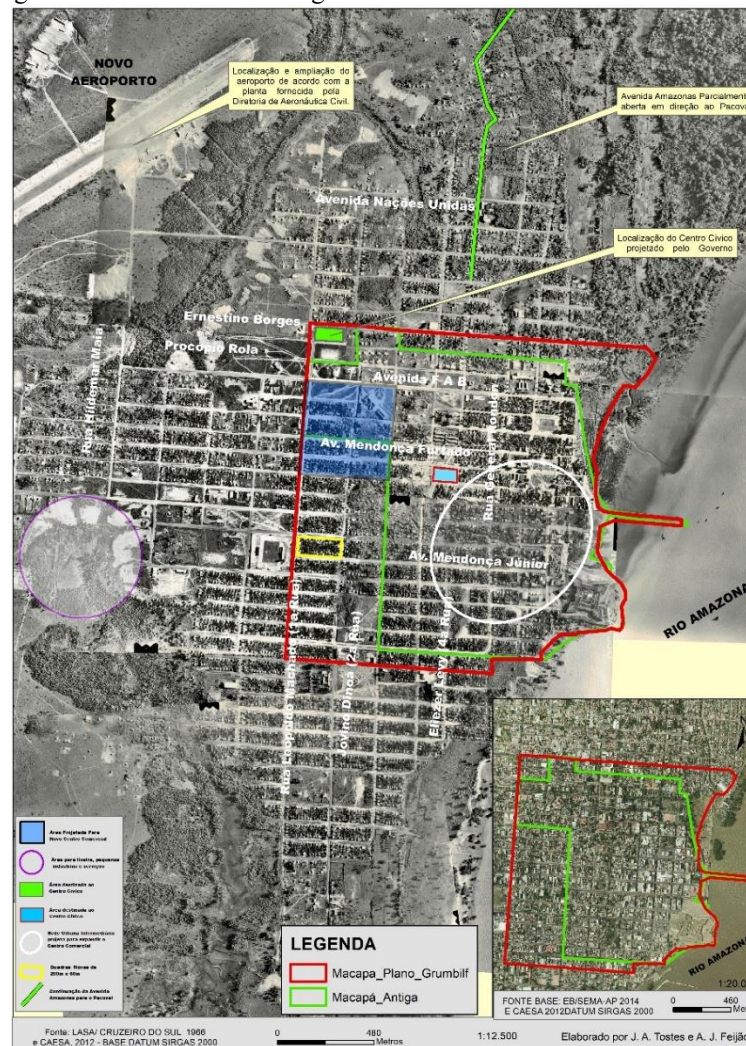
A partir da década de 1980, a área central teve grandes transformações em sua paisagem, quando foi construído o Teatro da Bacabeiras, a nova Catedral de São José, o Parque do Forte, a abertura da Beira Rio, a construção de novas lojas na Candido Mendes, edificações bancárias, a revitalização do Museu Joaquim Caetano e a Casa do Artesão deram novas dinâmicas para o centro do comércio. Parte destes investimentos deram outro status ao centro da cidade (Tostes, 2012). Novos equipamentos urbanos foram incorporados ao traçado da cidade, a implantação do Teatro das Bacabeiras, modificou pela primeira vez a dimensão inicial de uma das praças (Praça Veiga Cabral) que originou o perfil embrionário de Macapá.

Em relação aos planos urbanísticos para Macapá, foi elaborado o primeiro plano diretor da cidade em 1959, conhecido como Plano Grumbilf, contratado pela Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA), período em que a população era de aproximadamente 26 mil habitantes, concentrados entre os bairros do Centro, Laguinho e Trem. Outros Planos Diretores foram elaborados como: João Pinheiro em 1973, H. J. Cole e associados em 1977, Plano Diretor

de 1990, Plano Diretor de Macapá de 2004 (atual), observa-se que em todos os Planos propostos que o Bairro central é contemplado com diversas ações urbanísticas (Tostes, 2006; 2022).

O Plano Grumbilf (Figura 1) é o plano que melhor define o valor e a importância da área central, esse fato, se caracteriza exatamente por conta da abrangência do perímetro estabelecido pelo plano, hoje em dia a quase totalidade da proposta é dentro do bairro Central. Desde a formação original concebida com a chegada do primeiro governador, a área do bairro Central foi aumentando e incorporando outras áreas que até então não estavam no perímetro estabelecido.

Figura 1 – Perímetro de abrangência do Plano Diretor Grumbilf do Brasil



Fonte: LASA Cruzeiro do Sul, 1966. Elaborado: Tostes e Feijão, (2017).

A paisagem do Bairro central tem como características, edificações de estabelecimentos comerciais como lojas de equipamentos eletrônicos, importadoras, grandes lojas de departamentos, clínicas médicas, agências bancárias, lojas de roupas e acessórios. Predominam edificações horizontais, entretanto, o bairro possui o maior índice de verticalização da cidade de Macapá devido ter as melhores condições de infraestrutura. Esse “boom” do crescimento

vertical tem contribuído radicalmente para as transformações da paisagem do bairro, mudando assim o padrão concebido durante a fase de Território Federal.

A zona entre a Rua Tiradentes e Rua Binga Uchôa apresenta a maior concentração do comércio, tanto do bairro quanto da cidade, há uma mistura entre zona residencial e comercial. Há uma outra zona do bairro distinta das demais pelo caráter institucional, está localizada as proximidades da Praça da Bandeira, onde há a Prefeitura, o Tribunal de Justiça de Macapá, o Palácio do Setentrião e a Câmara de Vereadores.

O limite do Bairro Central fica entre o Bairro do Perpétuo Socorro, na Rua Rio Tefé, a paisagem de Orla (Figura 2) se transforma em área residencial e portuária por ser um local de comércio e descarregamento de mercadorias de embarcações de pequeno porte. A Orla é caracterizada pela comercialização de alimentos e outros estabelecimentos comerciais e praças, essa área é fortemente influenciada pelo comércio com as ilhas do Pará.

Figura 2 – Paisagem da orla nos limites com o bairro do Perpétuo Socorro



Fonte: Tostes, (2021).

A paisagem peculiar do Bairro Central tem grande potencial para o turismo e lazer. O traçado urbano original é do período do governo de Janary Nunes, as praças, edifícios históricos e a Orla fluvial são consideradas o cartão postal da cidade, tem extensão aproximada de 1,51 km, o elemento de destaque é a Orla e a Fortaleza de São José de Macapá, além do entorno onde está localizado o Parque do Forte, inaugurado em 2006.

Segundo o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Macapá (PDDUAM) de 2004, cinco dos sete espaços públicos presentes no Bairro Central estão classificados como áreas de preservação e lazer da cidade, no geral, é composto por nove áreas classificadas pela própria prefeitura. Esse fato é resultado do processo de crescimento urbano,

do resquício da centralização das atividades urbanas no século passado, onde as atividades residenciais e comerciais ainda se restringiam ao Bairro Central e adjacentes (PMM, 2004).

De todos os espaços citados, a praça Veiga Cabral (Figura 3) ainda não é classificada como área de preservação e lazer pelo (PDDUAM), algo contraditório devido à sua grande importância para a cidade, pois foi a primeira Praça de Macapá, inicialmente denominada Praça São Sebastião na época colonial, cenário da elevação do Povoado de Macapá à categoria de Vila de São José por Mendonça Furtado, Governador do Grão-Pará e Maranhão no dia 04 de fevereiro de 1758. O local passou por diversos processos de revitalização. O espaço tem grande movimento de pessoas por conta da localização no centro da cidade, em frente à Igreja de São José de Macapá e do teatro das Bacabeiras. Atualmente muitos eventos são realizados na Praça como Bazares, Feiras de adoção de animais e exposições de arte.

Figura 3 – Praça Veiga Cabral em 1950 e 2020



Fonte: Acervo do IBGE; Tostes, (2021).

O Bairro Central possui um número considerável espaços públicos, diferente de outros bairros, que possuem estruturas urbanas reduzidas. Tal concentração resulta de forma positiva, porém adversa devido a característica comercial do bairro. A área comercial teve uma perda institucional nas duas últimas décadas, onde várias edificações ficaram demolidas sem ter nenhum tipo de manutenção assim como as áreas públicas, a Escola Barão do Rio Branco, a Casa oficial do Governador, Trapiche Eliezer Levi, o Canal da Mendonça Junior, só recentemente nos dois últimos anos, o Mercado (Figura 4) foi reformado e o Canal após anos sem nenhum tipo de intervenção foi reconstruído. O bairro é a referência e a identidade não somente da cidade de Macapá, mas também do estado do Amapá.

Figura 4 – Mercado Central de Macapá



Fonte: PMM.

PLANEJAMENTO URBANO E A QUESTÃO CONCEITUAL DAS ÁREAS CENTRAIS

As cidades brasileiras sempre tiveram o desafio de regenerar suas áreas centrais. Pouquíssimas cidades possuem centros urbanos que mantiveram bem seus patrimônios históricos e que não perderam primazia para novas centralidades. (Nadalin; Rabetti 2018). Além de concentrarem patrimônio histórico, frequentemente os centros concentram maior acessibilidade, em termos de mobilidade urbana, pois concentram infraestrutura urbana. Repovoar os centros contribui com cidades mais compactas e sustentáveis.

Um dos aspectos mais importantes demonstrados por é a falta de manutenção de amenidades urbanas e históricas que ajudaram no deslocamento de moradores mais abastados para outros bairros nas grandes cidades brasileiras, que também podem ter sido influenciados por estratégias de marketing das novas zonas de expansão (Nadalin, 2018).

Em algumas cidades há a constituição de novas centralidades, em outras a concentração de atividades e moradores em bairros contíguos à região histórica. De qualquer maneira, apesar de não perder população, os centros históricos concentram menos empregos e menos população do que concentravam antes (Nadalin; Furtado; Rabetti, 2018).

Essa afirmação é importante, se avaliarmos que em relação a cidade de Macapá, apesar da cidade ter completado 267 anos em 2025, o centro histórico que inclui as edificações mais antigas como a Fortaleza e a Igreja de São José, o pleno desenvolvimento urbano dessa área só começa acontecer a partir da transformação de Macapá como capital no ano de 1944. Os fenômenos ocorridos em outras capitais estão relacionados de 2 a 5 séculos, as áreas centrais tem sofrido com diversos fatores, o principal é a perda de densidade de ocupação por conta da saída de moradores, todavia, no caso de Macapá, esse fenômeno só tem ocorrido em um determinado perímetro da área central que está vinculado exatamente ao núcleo inicial da Vila



de Macapá. A baixa densidade, característica de bairros periféricos, coexiste com a pouca diversidade de usos e com a infraestrutura urbana insuficiente.

Essa reflexão demonstra que, há uma falta de entendimento sobre o que significa o espaço apropriado, as edificações antigas precisam ser legitimadas em novas contextualizações e não simplesmente demolidas ou descaracterizadas, não há sentido para arquiteturas isoladas no espaço, mas incluir novos dimensionamento com propostas urbanísticas que agregam esses edifícios. No Brasil, o crescimento das cidades brasileiras, no Século XX, e a popularização do automóvel, a partir da década de 50, foram fatores que congestionaram o centro das principais cidades. Ruas e calçadas não estavam preparadas para suportar a grande demanda de pessoas, esse fato motivou, em parte, a introdução de novas áreas para pedestres na rua como ocorreu em outros países.

No caso da cidade de Macapá, esse fato foi determinante, pois as vias idealizadas no traçado modernista visavam exatamente atender a esses objetivos, o que se constata na paisagem dos dias de hoje é que por conta do elevado número de veículos se contrasta com o número de pedestres que caminham pelas vias urbanas.

Algumas dessas reflexões no caso do Brasil passa pela concepção de planejamento urbano que ao final do século. XIX, fica definido como planejamento urbano modernista que vinha carregado com uma forte carga positivista, onde o planejamento era consequência de uma percepção cartesiana da realidade (Souza, 2014).

Causa e efeitos eram analisados à luz de um pensamento simplificado impregnado de paradigmas definidos pelos movimentos modernistas, tendo como critérios a racionalidade científica, que acentuava a visão mecânica e inorgânica da cidade. Sem qualquer forma de participação da sociedade civil nas discussões e propostas, carregava certezas, reforçando a limitação do espaço à simples distribuição ordenada dos indivíduos e dos serviços (Pereira, 2015, 2001; Ferrari Jr, 2004).

A hegemonia que caracterizava o pensamento dos detentores do poder permitiu que propostas de planejamento pensadas para as cidades pudessem se efetivar, assegurando o cumprimento do que foi planejado nos primeiros planos urbanísticos (Villaça, 1999). No entanto, ao longo do Século XX, as diversas fases do planejamento no Brasil propuseram a utilização do espaço de uma forma planificada reproduzindo concepções de espaços externos à realidade brasileira, o que Maricato (2000) definiu como “ideia fora do lugar”, e como consequência, não possibilitou a efetivação das propostas concebidas nos planos urbanos.\

Em várias cidades pelo mundo, houve a preocupação na preservação do centro histórico, muitos deles a própria referência do lugar. Para isso, é preciso que o poder público, governo,



prefeitura e empresários do setor do comércio e organizações não governamentais possam discutir a necessidade de aperfeiçoarmos o centro histórico da cidade de Macapá. O projeto do centro histórico de Macapá amplia o perímetro entre a AV. FAB, até o entorno da Fortaleza. Porém, tentativas oficiais dos governos em décadas têm fracassado, e um dos motivos é sua visão fragmentada.

A cidade de Macapá tem uma rica história, no papel, porém, falta a materialidade. A própria Fortaleza tem um tempo recente de vinculação com o público, somente com a idealização do Parque do Forte, e o desalojamento do Círculo Militar dos interiores da Fortaleza de São José foi possível que os usuários se inserissem no entorno do Forte.

Nos documentos oficiais produzidos entre os anos de 1960 até o último Plano aprovado no ano de 2004, há elementos suficientes para reconfigurarmos a originalidade no nosso centro histórico, todavia não bastam estarem somente nos impressos é preciso colocar em prática, os planos, projetos e financiamentos para esta ação, ganharia a cidade, que fortaleceria o desenvolvimento da atividade turística, teríamos oficialmente um centro histórico materializado e com referências edificadas e do espaço urbano.

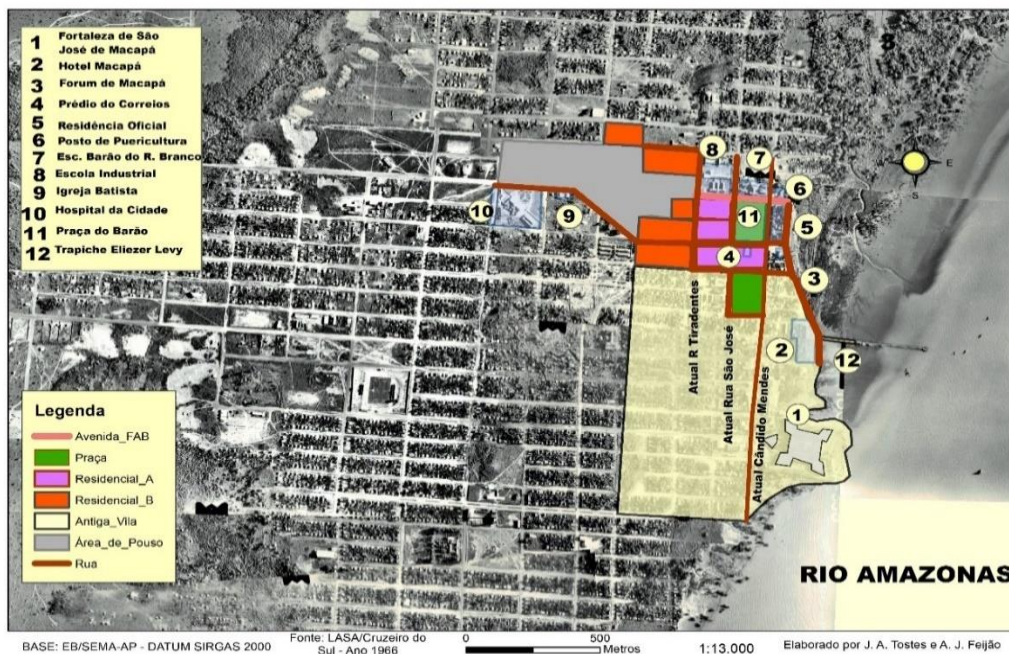
Um centro histórico para Macapá, não é apenas um espaço, ele retrata a história. Conhece-se a importância do lugar pela formação de seu núcleo histórico. Diversas cidades pelo mundo têm na origem de sua formação o valor histórico, geralmente definido pela paisagem, pela arquitetura e pelas peculiaridades que envolvem o lugar. Para Macapá, é um privilégio ter dois expoentes em sua orla, a Fortaleza de São de José de Macapá e o rio Amazonas, fato que, todavia, não é suficiente para garantir que todo esse perímetro tenha o valor devido, pelo poder público e pela população.

Entretanto, o abandono institucional tem causas bem características: uma está relacionado a maneira como se administra a cidade, pois não se vê a cidade de uma forma sistêmica e de maneira integrada, diferente do passado onde havia uma preocupação com as obras integradas. Nas primeiras décadas da cidade de Macapá no período do Território Federal do Amapá foram bem definidos os inúmeros investimentos em infraestrutura urbana e em edificações oficiais para atender as novas demandas, não é à toa que um bom número de edificações foi construído entre as décadas de 1940 a até 1970.

Sucessivos governadores e prefeitos, sequer priorizaram dar o devido valor histórico e arquitetônico para o perímetro comercial e institucional da cidade de Macapá, que tinha como limite a Av. Henrique Gallucio até a Av. FAB. Durante décadas, as edificações como a Fortaleza, Mercado Central, Canal da Mendonça Junior, Hotel Macapá, Casa do Governador,

Colégio Barão do Rio Branco, Trapiche Eliezer Levi, o prédio da OAB (antigo Fórum) foram às referências da cidade (Figura 5).

Figura 5— núcleo central da cidade até 1960.



Fonte: Lasa cruzeiro do sul. Elaboração: Tostes, Feijão, 2017).

A única edificação protegida, de fato, foi a Fortaleza de São José na década de 1950, mesmo assim, a edificação ficou por décadas sob a tutela militar teve um declínio até mediados da década de 1990, quando houve a preocupação com o processo de restauração do Forte. Esse perímetro tem um valor, arquitetônico, histórico, social, econômico e cultural intenso para cidade de Macapá. Portanto, o que explica que tanto o Governo do estado do Amapá e principalmente a Prefeitura Municipal de Macapá, abandonassem institucionalmente essa área de grande valor histórico.

A concepção de abandono está registrada de diversas formas. A primeira é de caráter paisagístico, no lugar não existe nenhum tratamento espacial, o pouco que existia desapareceu e estava vinculado ao Parque do Forte; um segundo aspecto são as obras paralisadas por algum tipo de problema, Shopping Popular, Rampa do Santa Inês, Escola Barão do Rio Branco, Trapiche Eliezer Levi, o terceiro aspecto, é a falta definição para edificações históricas como a Casa oficial do governador e o Hotel Macapá e um quarto e último ponto, é a fragmentação completa da orla da cidade entre o Perpetuo Socorro e o Araxá.

Figura 6 – Mosaico da Parque do Forte no entorno da Fortaleza de São José



Fonte: Tostes, (2022).

Sobre o primeiro item, da questão paisagística, o perímetro é carente de trato paisagístico, é um descampado de árvores, os espaços públicos são recheados de concreto, e há um reduzido espaço para pedestres e ciclistas, um dos aspectos positivos na década do novo milênio é a implantação do projeto do Parque do Forte (Figura 6).

Macapá é a única cidade banhada pelo rio Amazonas, apesar da alta temperatura associada ao calor equatorial, é uma cidade privilegiada. O núcleo de formação inicial definido pela Igreja de São José até a Fortaleza de Macapá foi pensado pelo paralelismo em relação ao rio Amazonas. Desde a criação do Território Federal do Amapá essa área tem sido uma das mais ocupadas para a atividade do comércio, inicialmente atendia as atividades de ribeirinhos próximos a Fortaleza até o final dos anos sessenta, conforme mostra fotos desta época na Revista Latitude Zero de 1970.

O fluxo nesta área até o final dos anos 1980 era considerado dentro da normalidade, pouco se via algum tipo de atividade clandestina ou irregular nas imediações da Beira-Rio ou da Candido Mendes, vários fatos chamaram a atenção em um período de trinta anos na extensão da área entre a Igreja e a Fortaleza. Podemos numerar alguns deles que alteraram a paisagem urbana entre a década de 1970 e a primeira década do novo milênio.

A construção do Teatro da Bacabeiras, a nova Catedral de São José, do entorno da Fortaleza, a abertura da Beira Rio, a construção de novas lojas na Candido Mendes, a construção dos prédios bancários, revitalização do Museu Joaquim Caetano e a Casa do Artesão.



Parte destes investimentos ou a revitalização deu a essa área outro status, de centro de referência das atividades comerciais. Com a construção de novos prédios e a revitalização de outros começaram vários entraves urbanos decorrentes de um processo de ocupação que não priorizou o planejamento do espaço. Anteriormente os projetos e planos da Fundação João Pinheiro chamavam a atenção para a necessidade de novos investimentos a serem feitos com racionalidade nesta área.

Uma das ações importantes em todo esse processo de mudança na configuração urbana da área foi à abertura da Beira-Rio entre o trecho da Fortaleza de São José e o Araxá, o que permitiu maior integração em direção ao eixo Marco Zero do Equador, além de integrar em definitivo a zona sul para o centro da cidade. Outros entraves surgiram como a falta de estacionamento, ocupação indevida de calçadas por lojistas, ocupação de calçadas por ambulantes ou camelôs, falta de sinalização adequada de orientação aos pedestres, condições de acessibilidade, arborização, paisagismo extremamente reduzido, aumento de tráfego nas vias paralelas a Candido Mendes.

Vários investimentos foram feitos na área, no entanto, poucos geraram vagas de estacionamento compatíveis com a área em metros quadrados de acordo com a lei. As reformas no entorno da Fortaleza reduziram drasticamente as vagas de estacionamento, sem que o projeto executado tivesse previsto outras áreas para atender a essa demanda. A construção ou reforma de novas lojas também não geraram novas vagas.

A ocupação da orla foi outro aspecto que contribuiu para aumentar os problemas. Os investimentos na orla da Beira Rio ficaram paralisados por um período de três anos, elevando o grau de ocupação de atividades clandestinas no setor.

A área comercial entre a Igreja de São José e a Fortaleza é uma área de referência da origem da cidade de Macapá, e que, portanto, não pode ficar relegada a um plano secundário com intervenções paliativas. Algumas das situações poderiam ser pensadas, não somente para melhorar as condições urbanas no entorno, mas também a perspectiva de ampliação do ramo do comércio e áreas institucionais. É necessário pensar na revitalização do centro comercial, isso daria um novo trato paisagístico e urbanístico, sem que a mesma perca o valor e o fluxo existente.

Os investimentos vêm se diversificando pela cidade em outras áreas, mas é preciso cuidar de forma mais adequada do primeiro núcleo histórico da cidade. Entre a Igreja e a Fortaleza de São José é preciso uma intervenção adequada e de resgate histórico do patrimônio arquitetônico e urbano, ampliando o perímetro a partir do Colégio Barão do Rio Branco, passando pela Casa oficial do governador.



O tráfego na Candido Mendes deveria ser de carros leves, os carros pesados teriam horário para trafegar e abastecer as lojas evitaria um enorme prejuízo à qualidade de vida urbana nesta área. O dito popular que o povo não tem memória é uma alusão à realidade onde se abre mão de sua identidade. A cidade é como a carteira identidade de cada um, espelha os traços e os dados contidos no documento, assim é a cidade.

No Brasil a tradição sobre o caráter da cidade está muito vinculada às edificações, a proteção do patrimônio arquitetônico, mesmo em cidades como Salvador e Ouro Preto, existe enormes dificuldades para se manter a gestão do patrimônio, muito embora, a relação brasileira com a questão da preservação seja algo muito relacionada à negação do espaço edificado. Na Amazônia a situação é ainda mais grave, pois se percebe que as edificações mais antigas vão gradualmente desaparecendo da paisagem urbana. Utiliza-se apenas o disfarce das fachadas para omitir todas as modificações anteriores, Belém e Manaus, cidades mais antigas vêm perdendo gradativamente a relação com a memória edificada de estilos anteriores.

Há fatores que diferem ainda mais a relação das cidades latinas do contexto europeu, entre os itens a serem avaliados, estão os aspectos relacionados à civilidade em relação aos bens culturais. Por outro lado, deve-se considerar que no caso de cidades em países em desenvolvimento ou até mesmo subdesenvolvidos, os fatores culturais e sociais são determinantes para as alterações e mudanças da paisagem de maneira mais rápida. A concepção de preservar não é algo somente imposto por leis e decretos, é uma construção de base que começa na educação. Um dos principais aspectos em relação à cultura da cidade ou de um lugar está fortemente vinculado aos aspectos da formação cultural e principalmente do viés da educação. Nos países latino-americanos não há cultura arquitetônica sólida, talvez, o Brasil seja entre todos eles, o exemplo mais categórico da relação que quita a memória existente na paisagem de nossas cidades.

As cidades latinas e brasileiras padecem de um amplo problema, no caso brasileiro é gravíssima, a má distribuição de renda, tem gerado múltiplos problemas que afetam diretamente a qualidade de vida, a paisagem das cidades e principalmente a perda de laços históricos.

Macapá está permeada de significados e simbologias tem na formação da cidade moderna aspectos peculiares que a demarcaram, já tinha em sua paisagem a imponência de um Forte à beira do rio. Muito embora, a cidade tenha vivenciado todas as influências das cidades modernas, verificou-se em particular na paisagem urbana, o caráter de outras características presentes nas décadas, de 1940 e 1950, como a Art Décor, Neocolonial e o Protomoderno, porém as ações institucionais vêm descaracterizando essa paisagem edificada, perdendo assim os vínculos de memória com o passado e possivelmente os vestígios com o futuro (Figura 7).

Figura 7 – Colégio Barão do Rio Branco na Avenida FAB



Fonte: Acervo do IBGE e Portal do Governo do Amapá.

Macapá foi a cidade construída através da simbologia da Avenida FAB melhor, comportando, por isso, campos de força, atratividade e representação social. Assim, ao analisar a cidade a partir do prisma do patrimônio edificado nos leva a um foco: ao invés de observarmos o produto/resultado dessa construção de sentidos e significados de cidade, está o nosso olhar, sim, o processo de construção, dos embates e conflitos provenientes dos campos de força e seus significados. A cidade é uma representação social e um campo de significações.

O VALOR SIMBÓLICO DA AVENIDA PARA O BAIRRO CENTRAL E A CIDADE

A história da Avenida FAB começa com a própria criação do aeroporto que começa a ser escrita na década de 1930, durante a Segunda Guerra Mundial, quando o governo dos Estados Unidos, com vistas ao controle estratégico do Atlântico Sul buscou composição com o governo brasileiro, que autorizou a construção de bases aéreas militares em diferentes pontos do território amazônico (Lobato, 2013).

Figura 8 – Mosaico "Bonanza Beechcraft A 36" e um campo de pouso



Fonte: Acervo do IBGE.



No entanto, a sistematização da frequência dos voos só foi consolidada a partir de 1953, com a instalação do Serviço de Aeronáutica (SAER) (Figura 8), composto por um hangar, um avião. A pista oficial ficava localizada nas avenidas FAB e Procópio Rola. O avião foi adquirido com o objetivo de atender com mais rapidez a cobertura dos serviços administrativos do governo e, ao mesmo tempo, auxiliar a população no transporte de medicamentos para o interior ou de pessoas enfermas para Belém do Pará. O hangar foi erguido no mesmo terreno está instalada a Secretaria de estado da Infraestrutura (Figura 8) (Costa, 2015).

Nos primeiros anos do antigo Território Federal do Amapá, o governador Pauxi Nunes, convidou o coronel Belarmino Bravo, da Força Aérea Boliviana, para fundar o Aeroclube de Macapá, que desenvolveu, basicamente, atividades sócio recreativas, no ano de 1956 foi realizado um curso de piloto de aeronaves. Em 1958 ocorreu a transferência das atividades aeroportuárias do campo de pouso existente na Avenida FAB para a atual área do Aeroporto Internacional de Macapá.

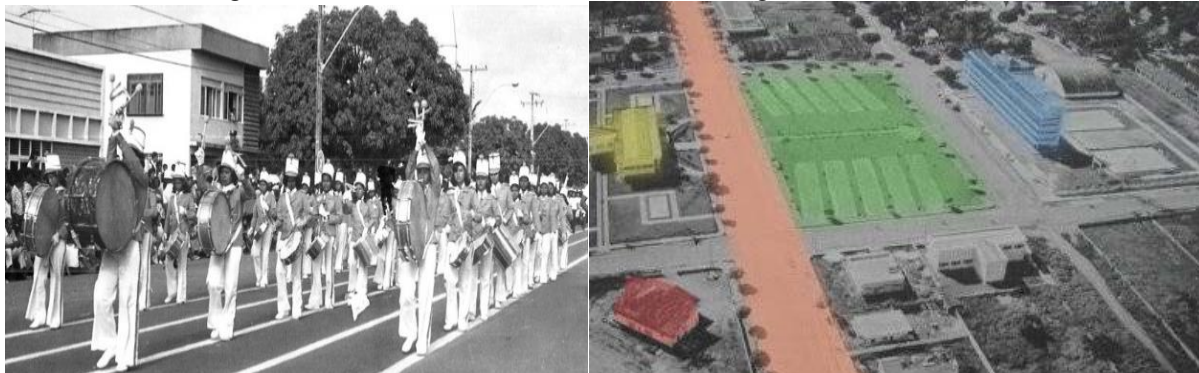
Durante as décadas entre 1940 a 1988 a Avenida FAB recebeu toda a estrutura para atender as necessidades do Território Federal do Amapá, foram construídas escolas que durante muito tempo foram as mais tradicionais da cidade, praças públicas, instituições como a Câmara de Vereadores, Prefeitura Municipal de Macapá, Palácio do Governo e Assembleia Legislativa do estado do Amapá, também na Avenida FAB tem o privilégio de ter duas obras de um grande arquiteto brasileiro, João Batista Villanova Artigas, a escola Tiradentes e o prédio da Secretaria de Infraestrutura do estado do Amapá.

Na década de 1980, no governo de Aníbal Barcellos toda a área onde funcionava a Assembleia Amapaense e anteriormente o Aeroclube foi demolida, no lugar foram construídas as secretarias de governo. Um dos principais clubes fundados na cidade de Macapá, uma das expressões máxima da sociedade em décadas passadas, funcionou até parte da década de 1990, o Esporte Clube Macapá, a sede foi demolida para ser construído um prédio. Outras edificações importantes também foram edificadas na Avenida FAB, o Hospital Geral de Macapá, até os dias atuais após inúmeras reformas, continua sendo a principal referência na área de saúde pública na capital.

Até meados de 1990, a Avenida FAB era o palco das principais atrações da cidade de Macapá, os desfiles de 7 de setembro, do Carnaval no mês de fevereiro e das manifestações folclóricas da cultura local da cidade. Avenida FAB foi ao longo de décadas ganhando importância para a história da cidade de Macapá. Na atualidade, é um divisor entre os eixos norte e sul da cidade, é a principal referência de via urbana ao longo de toda a sua extensão (Figura 9). Sobre a Avenida FAB, é importante idealizarmos no trajeto desta via, a possibilidade

da criação do Museu da Cidade ou a Casa da Cidade. Macapá deve ser concebido a gênese do lugar, como também a evolução da própria história da cidade.

Figura 9– Mosaico da Avenida FAB, o cenário das grandes transformações



Fonte: Acervo do IBGE.

O processo de formação da memória de Macapá em relação à Avenida FAB não se restringe a própria via, mas também, a tudo o que se localiza no seu entorno. Assim como em Paris, temos Champs-Élysées, em São Paulo a Avenida Paulista, no Rio de Janeiro a Avenida Brasil, em Belém a Av. Presidente Vargas, em Macapá, temos a Avenida FAB, uma via que praticamente formatou a história da cidade de Macapá a partir da criação do Território Federal do Amapá (Tostes, 2015).

Sobre a ideia do Museu da Cidade, creio que seja importante configurarmos a vinculação da Avenida FAB com a Cândido Mendes, o local onde está localizada a Casa Oficial do Governador, é a área mais adequada para esse projeto. As autoridades podem discutir essa medida, proporcionando aos cidadãos amapaenses o acesso ao processo histórico de formação da cidade, teria registros de fotos, vídeos, painéis, a maquete da cidade e o resgate de diversos documentos públicos que contribuíram para história da nossa cidade (Figuras 15 e 16).

Figura 10– Obras do Arquiteto Villanova Artigas na Av. FAB



Fonte: Costa, 2015.

Avenida FAB (Figura 10) como cenário da gênese de Macapá revela sua importância na sequência de edificações erguidas no decorrer da via, apresenta características consideradas



heterogêneas, ora de valor histórico ou de valor simbólico, até chegar no final da via com estruturas mais desfavorecidas. Desta maneira, ver-se nessa situação a importância de estudar e analisar cada segmento do trecho da via para propor a melhor alternativa de projeto que atenda as expectativas de integrar os elementos construtivos entre o viés institucional, cultural, recreativo e simbólico.

De acordo com o Plano Diretor, Avenida FAB corresponde a uma via arterial localizada na zona urbana do município. A zona urbana divide-se em sete subzonas. Trata-se de uma subzona de ocupação prioritária. São áreas propícias ao adensamento para aproveitamento da infraestrutura e equipamentos urbanos instalados e previstos. Da setorização urbana, a via estar contida no setor comercial da Cândido Mendes até Hamilton Silva, setor misto 3, Hamilton Silva até Marcelo Cândia, e por fim, eixo de atividades 1, final da via. Quanto ao uso e ocupação do solo, a via caracteriza-se como: lazer, comércio, residencial, uso misto, serviço, escolar, hospitalar, institucional, área em construção e lote ocioso.

Ao longo da via é possível identificar a presença de mobiliário urbano – iluminação pública, bancos, lixeiros, placas de sinalização, ponto de ônibus. Entretanto, tais elementos encontram-se depredados e frequentemente anulam suas funções. Dessa forma, tornam-se ineficientes e poluem visualmente a paisagem. Em alguns trechos da via não se identificou tais elementos.

Quanto à inserção da vegetação na paisagem da Avenida FAB, desde a formação urbana da cidade, aderiu-se a utilização de espécies frutíferas e regional – Mangureira. Desta forma, a relação da via com a morfologia do entorno é descrita pela utilização da vegetação na qual enfatiza. A avenida FAB ainda mantém nos dias atuais um conjunto de inúmeras atividades, porém não possui mais a dinâmica de épocas passadas, de ser o palco das grandes realizações. As edificações históricas passaram por diversas descaracterizações de sua arquitetura. Muito embora seja uma forte referência para história da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Bairro central é o primeiro núcleo de formação da cidade de Macapá, todavia a sua paisagem tem padecido com ações institucionais que tem gerado danos ao patrimônio edificado, até mesmo a Fortaleza de São José de Macapá até o princípio da década de 1950 ficava no ostracismo e sem o devido valor para a época. Esse perímetro teve um amplo desenvolvimento por décadas, pois foi o lugar de todas as manifestações culturais, sociais, políticas e econômicas, porém há um divisor importante a partir dos últimos vinte anos que é o crescimento da



verticalização o que de alguma forma tem impactado em novas dinâmicas no bairro, a construção de edifícios com verticalização alta foi algo que afetou a paisagem do patrimônio histórico, mas há algo que os governantes e a sociedade não conseguiram contribuir para a perspectiva de ver essa área como o grande centro irradiador da cidade, a percepção do bairro central no perímetro histórico da Fortaleza a Igreja de São José como a memória edificada de nossos antepassados, a maneira como todos esse patrimônio tem sido percebido é ainda mais grave.

Com exceção da Fortaleza de São José de Macapá, todos os prédios originais da época Território Federal do Amapá foram demolidos ou completamente descaracterizados, o que demonstra a completa falta de sensibilidade para entender o significado da cidade, ainda mais grave é dar outras funcionalidades para os prédios remanescentes sem ter nenhum tipo de vínculo com o passado, como o antigo Hotel Macapá, o Trapiche Eliezer Levi, A Casa Oficial do governador, a Praça Barão do Rio Branco e a Praça Veiga Cabral, são elos perdidos com a nossa memória arquitetônica.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Acervo de imagens da cidade de Macapá. Macapá, 2024.

COSTA, T. Evolução urbana: Análise da evolução da cidade de Macapá através da Av. FAB. **Trabalho de Conclusão de curso**. Universidade Federal do Amapá. Macapá, 2015.

FERRARI JÚNIOR, J.C. **Limites e Potencialidades do Planejamento Urbano: Uma discussão sobre os Pilares e Aspectos Recentes da Organização Espacial das Cidades Brasileiras**. Estudos Geográficos. Rio Claro, 2 (1), p. 15-28, junho de 2004.

LOBATO, S. A cidade dos trabalhadores: insegurança estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá (1994-1964). São Paulo, SP, 2013, 239 f. **Tese (doutorado em História Social)**. Universidade de São Paulo, USP.

MACAPÁ. LEI COMPLEMENTAR Nº 010/98-PMM de 31 de Dezembro de 1998.

MACAPÁ. LEI COMPLEMENTAR Nº 033/2005 de 25 de Janeiro de 2005.

MARICATO, E. **Brasil, Cidades: Alternativas para a crise urbana**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001.

MARICATO, H. **Brasil cidades em crise**. Editora: Vozes. São Paulo, 2000.

NADALIN, V. G., FURTADO, B. A., & RABETTI, M. **Concentração intraurbana de população e empregos: os centros antigos das cidades brasileiras perderam primazia?** Revista Brasileira De Estudos De População, 35(3), 1–24, 2018.



PEREIRA, R. A. **Expansão e Planejamento Urbano em Macapá: O Caso da Gleba Infraero**. Monografia (TCC em Arquitetura e Urbanismo) - Santana-AP: UNIFAP, 2013.

PEREIRA, A. L. dos S. **Intervenções em centros urbanos e conflitos distributivos: modelos regulatórios, circuitos de valorização e estratégias discursivas**. 2015. 308 f. **Tese (Doutorado) – Faculdade de Direito**, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

PLANO DIRETOR GRUMBILF. **Governo do Território Federal do Amapá**, 1959.

PLANO DIRETOR DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Governo do Território Federal do Amapá**, Macapá, 1973.

PLANO DIRETOR DA HJ COLE. **Governo do Território Federal do Amapá**, 1977.

PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO. **Prefeitura Municipal de Macapá**. Macapá, 1990.

PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO E AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ. **Instituto Brasileiro de Administração Municipal/Prefeitura Municipal de Macapá**. Macapá, 2004.

REVISTA LATITUDE ZERO. Macapá, 1962.

RELATÓRIO DO GOVERNADOR JANARY NUNES. **Governo do Território Federal do Amapá**. Macapá, 1944.

RELATÓRIO GTFA. Macapá, 1959.

SANTOS, F. R. dos. **História do Amapá: da autonomia territorial ao fim do janarismo - 1943 a 1970**. Macapá: Editora Gráfica O DIA S.A., 1998.

SOUZA, M.L de. **Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbana**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

TOSTES, J. A. **Planos Diretores do Estado do Amapá: Uma contribuição para o Desenvolvimento Regional**. Série Arquitetura e Urbanismo na Amazônia. Editor: TOSTES, J. A. Macapá-AP, 2006.

_____. **Além da Linha do Horizonte**. Sal da Terra, João Pessoa, 2012.

_____. **Pensar a cidade**. Editora Sal da Terra. João Pessoa, 2014.

_____. **Macapá nem antes ou depois**. Uniedusul, Maringá, 2021.

TOSTES, J.A; FEIJÃO, A. **Paisagem urbana da cultural da cidade de Macapá**. Revista Gerenciamento de cidades. V. 2. São Paulo, 2017.

VILLAÇA, F. **Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil**. In: DEÁK, C; SCHIFFER, R (org.) **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1999. p. 169 – 243.